

Condição Suspensiva

FUNÇÃO, ESTRUTURA E REGIME JURÍDICO

2017

Fernanda Mynarski Martins-Costa

**CONDIÇÃO SUSPENSIVA
FUNÇÃO, ESTRUTURA E REGIME JURÍDICO**

© Almedina, 2017

AUTORA: Fernanda Mynarski Martins-Costa

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 978-858-49-3227-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins-Costa, Fernanda Mynarski
Condição suspensiva : função, estrutura e regime
jurídico / Fernanda Mynarski Martins-Costa. –
São Paulo : Almedina, 2017.
Bibliografia.
ISBN: 978-85-8493-227-6
1. Condições (Direito) 2. Direito civil 3. Regime
jurídico I. Título.

17-04830

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Junho, 2017

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, CEP: 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – FUNÇÃO E ESTRUTURA DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA	23
Premissas: sentidos da palavra condição	23
1. Função da condição	33
2. Estrutura da condição	44
2.1. Elementos estruturais	44
2.1.1. Efeito condicionável	44
2.1.2. Voluntariedade	47
2.1.3. Futuridade	53
2.1.4. Incerteza	57
2.2. Espécies de condição	58
2.2.1. Quanto ao modo de atuação: condições suspensivas e resolutivas	59
2.2.2. Condições positivas e negativas	61
2.2.3. Condições impossíveis e possíveis	61
2.2.4. Condições ilícitas e lícitas	67
2.2.5. Condições incompreensíveis e contraditórias	69
2.2.6. Condições causais, potestativas e mistas	70
2.2.7. Condições tácitas e/ou implícitas	77
2.3. Delimitação perante figuras próximas	80
2.3.1. Distinções básicas: termo e encargo	80
2.3.2. Contrato de opção	85
2.3.3. Contrato aleatório	86
2.3.4. Pressuposição	88
2.3.5. Negócio incompleto	91
2.3.6. Condição precedente	93

CAPÍTULO 2 – A PROTEÇÃO DAS POSIÇÕES DOS FIGURANTES	99
Premissas: etapas da condição	99
1. A proteção do expectante: medidas conservatórias	102
1.1. Medidas com a finalidade de assegurar a plena eficácia e a validade do contrato sujeito à condição	106
1.1.1. Ação declaratória	106
1.1.2. Atos de registro	109
1.2. Medidas necessárias para impedir que o devedor condicional deteriore a coisa que é objeto da obrigação e as dirigidas a evitar que sobrevenha a impossibilidade do cumprimento da prestação	113
1.2.1. Sequestro	114
1.2.2. Cautelares inominadas	115
1.3. Medidas que têm como objetivo a manutenção da garantia patrimonial do devedor	117
1.3.1. Ações relativas à fraude contra credores	117
1.3.2. Ação sub-rogatória	120
1.3.3. Arresto	121
1.4. O direito a crédito condicional nos procedimentos concursais	122
2. A proteção do expectado	125
2.1. Pagamento indevido durante a pendência da condição	125
2.2. Ação declaratória de inexigibilidade de débito	127
3. A proteção de ambos os figurantes frente a condutas ilícitas	129
3.1. Vicissitude fictícia da condição (art. 129 do Código Civil)	130
3.2. Remédio ressarcitório	136
3.3. Condutas ilícitas praticadas por atividade de terceiro	138
CAPÍTULO 3 – MODIFICAÇÕES SOFRIDAS PELA COISA DEVIDA DURANTE O PERÍODO DE PENDÊNCIA DA CONDIÇÃO	141
Premissas: (ir)retroatividade da condição	141
1. Impossibilidades	146
1.1. Impossibilidade superveniente sem culpa do devedor	147
1.2. Impossibilidade superveniente imputável	149
2. Deteriorações	151
2.1. Deteriorações fortuitas	152
2.2. Deteriorações imputáveis ao devedor	153
3. Melhorias	154
3.1. Benfeitorias	154
3.2. Frutos	157
4. Modificações por atos de disposição	158
4.1. Diferenças entre atos de disposição e atos de administração	158
4.2. Incidência do art. 126 do Código Civil	162
CONCLUSÕES	167